

Renegociação só será retomada no próximo

BRASILIA — O Governo está convencido de que a continuação da renegociação da dívida externa com os bancos credores só será possível após a eleição do próximo Presidente da República ou depois de um acordo prévio com os dois candidatos à Presidência. Técnicos do Ministério do Planejamento prevêem que a retomada das negociações só ocorrerá depois do dia 15 de janeiro.

Esta convicção resultou das conversas mantidas na quarta e quinta-feira passadas pelos funcionários brasileiros, tendo à frente o Presidente do Banco Central, Affonso Celso Pastore, com o Comitê de Assessoramento da Dívida Externa, em Nova York. Durante esses encontros, segundo as fontes, ficou claro que os banqueiros, embora considerem razoável o programa plurianual de renegociação apresentado pelo atual Governo, estão apreensivos com uma possível descontinuidade administrativa, a partir da mudança do Presidente.

As fontes explicaram que a posi-

ção da atual administração de não pedir "dinheiro novo" aos banqueiros em 85 foi duramente criticada pelos assessores do candidato da Aliança Democrática, Tancredo Neves, que viram nessa estratégia uma espécie de "bomba de efeito retardado". Essa opinião repercutiu junto à favorável ao início das negociações.

Outra questão que teve reflexos negativos, de acordo com os técnicos do Planejamento, foram as críticas dos assessores de Tancredo ao esquema plurianual idealizado pelo Governo Figueiredo. Alguns deles têm defendido a tese de que, para um Governo que se inicia, a melhor solução talvez seja a negociação da dívida em base anual, deixando-se para depois a possibilidade de um acordo plurianual.

Os banqueiros demonstraram apreensão também quanto ao esquema de desindexação da economia que estaria sendo estudado para vigorar no ano que vem. Eles expressaram suas dúvidas sobre a reper-

cussão de uma medida dessa natureza sobre o comportamento dos preços e o nível da atividade econômica.

Essas indefinições serviram para esfriar os ânimos dos banqueiros, que preferem reiniciar as negociações somente após a eleição do futuro Presidente ou quando a atual administração puder dar garantias de que os acordos firmados serão integralmente cumpridos. As fontes explicaram que essas incertezas seriam danosas até mesmo para a defesa de algumas teses, como a da redução substancial do spread (taxa de risco) cobrado pelos bancos credores nos empréstimos ao Brasil. O spread mede os riscos do empréstimo e, entre estes estão a estabilidade política do País e a manutenção das regras do jogo. Nada mais natural, portanto, do que os banqueiros resistirem a uma redução dessa taxa, num momento em que existe, de fato, a perspectiva de mudanças na orientação da política econômica.

Governo